

POSSIBILIDADES FORMATIVAS E INVESTIGATIVAS DE CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA A DISTÂNCIA PARA PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL¹

Raiza Fernandes Bessa de Oliveira (UNESP/IBILCE – raizafb.oliveira@hotmail.com)
Maévi Anabel Nono (UNESP/IBILCE – maevinono@gmail.com)

Grupo Temático 6. Educação e tecnologias: formação e atuação de educadores/profissionais
Subgrupo 6.1. Conhecimentos e práticas: aprendizagens da docência e desenvolvimento profissional

Resumo:

Trata-se de pesquisa-intervenção, de natureza qualitativa, realizada no período 2012-2013, que objetivou investigar possibilidades formativas e investigativas de um curso de formação continuada a distância, via internet, oferecido no Ambiente Virtual de Aprendizagem TelEduc, para profissionais de Educação Infantil. Os sujeitos foram 10 professores(as) e 6 gestoras que atuavam em creches e pré-escolas de 10 municípios brasileiros e que participaram do curso. As ferramentas investigativas e formativas foram fóruns de discussão e fichas de avaliação. Os resultados sugerem que o curso possui potencial formativo e investigativo, garantindo a construção de saberes pelos sujeitos e o acesso a seus saberes pelas pesquisadoras. Espera-se, por meio dos resultados obtidos, oferecer subsídios para a discussão do uso de cursos de formação continuada a distância, via internet, para profissionais de Educação Infantil.

Palavras-chave: Professores-Formação; Educação Infantil; Educação online; TelEduc.

Abstract:

This is a intervention research, qualitative nature, conducted in 2012-2013, that investigated formative and investigative possibilities of a course of continuing education distance, online, offered in Virtual Learning Environment TelEduc, for Early Childhood Education professionals. The subjects were 10 teachers and 6 managers who worked in nurseries and pre-schools in 10 municipalities and attending the course. Investigative and formative tools were discussion forums and evaluation forms. The main results suggest that the course, as it was offered, has formative and investigative potential, ensuring the construction of knowledge by the subjects and the access to their knowledge by the researchers. It is expected, by the results obtained, provide insight to the discussion of the use of a course of continuing teacher education distance.

Keywords: Teacher education; Early Childhood Education; Online education; TelEduc.

1. Introdução

Desde a Constituição de 1988, que reconheceu a educação em creches e pré-escolas como dever do Estado e direito das crianças de 0 a 6 anos de idade, a Educação Infantil, no Brasil, vem sendo objeto de legislação que a regulamenta, além de tema central de diversos documentos publicados pelo Ministério da Educação (MEC) para fundamentar práticas desenvolvidas junto às crianças pequenas (BRASIL, 1998, 2006a, 2006b, 2009).

¹ Trabalho desenvolvido com apoio PIBIC/Reitoria/UNESP.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 define a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica e determina como sua finalidade o desenvolvimento integral da criança de 0 a 6 anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Em 1999, são instituídas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Resolução CNE/CEB nº 1/1999), de caráter mandatório, a serem observadas na elaboração das propostas pedagógicas de cada escola. Tais Diretrizes foram revogadas pela Resolução CNE/CBE nº 5/2009 que fixou novas diretrizes para essa etapa da Educação Básica, definindo desde a função das creches e pré-escolas, até as práticas educativas e de cuidados que devem ser desenvolvidas pelos profissionais que ali atuam, tendo como eixos norteadores as interações e as brincadeiras.

Acompanhando as alterações legais relativas à Educação Infantil, fundamentando-as e sendo impulsionadas por elas, diversas pesquisas são realizadas nas últimas décadas. Parte delas busca investigar e subsidiar políticas de formação dos profissionais de Educação Infantil diante das novas exigências para essa etapa da Educação Básica (AZEVEDO; SCHNETZLER, 2001, 2005; KRAMER, 2005; MICARELLO, 2006; CÔCO, 2009, 2010). Algumas pesquisas focalizam experiências de formação desses profissionais em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (SCHNEIDER, 2007; TAGLIEBER; GUERRA, 2006; DIEB, 2009).

Nesse contexto foi realizada a pesquisa-intervenção aqui relatada por meio da qual se objetivou investigar possibilidades formativas e investigativas de um curso de formação continuada a distância, online, oferecido no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) TelEduc, para profissionais de Educação Infantil. Entende-se por profissionais tanto professores(as) quanto gestores(as) que trabalham em creches e pré-escolas.

2. Aspectos gerais da pesquisa

Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, desenvolvido no período de março de 2012 a julho de 2013. Nesse período, o curso de Extensão Universitária “Formação continuada para professores e gestores da Educação Infantil – módulo 1: legislação e práticas” foi oferecido a distância no AVA TelEduc, em 2 edições: nos períodos de 12 de março a 18 de maio e de 10 de setembro a 19 de novembro de 2012, com carga horária de 30 horas, organizado em 2 tópicos: 1 – Legislação atual referente à Educação Infantil e 2 – Práticas de educação e cuidados na Educação Infantil. Assim, pretendia-se, com o curso, enquanto instrumento de formação, garantir aos profissionais inscritos a construção de saberes relativos à legislação e documentação oficial recentes (pós-LDB 9.394/96) sobre a Educação Infantil. Enquanto instrumento investigativo, o curso seria uma ferramenta de acesso aos saberes que orientam suas práticas. O objetivo foi o de investigar tanto seu potencial formativo quanto investigativo.

Os sujeitos da pesquisa foram todos os profissionais que frequentaram o curso, ou seja, 10 professores(as) e 6 gestores que estavam atuando em creches e pré-escolas de 10 municípios brasileiros (Itaporã, no estado do Mato Grosso do Sul, e Mirassolândia, Catanduva, São José do Rio Preto, Itaquaquecetuba, Bálsamo, Barretos, Potirendaba, Mirassol e Rancharia, em São Paulo). Todos assinaram os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme determinou o Comitê de Ética em Pesquisa, e receberam certificação pela universidade a qual foi vinculado o curso.

O TelEduc foi desenvolvido pelo NIED (Núcleo de Informática Aplicada a Educação) do Instituto de Computação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), que desde 1998 vem utilizando esse ambiente para realização de cursos a distância. Foi utilizado para o desenvolvimento do curso focalizado nessa pesquisa por estar disponível, no portal da universidade das pesquisadoras, para uso pelos docentes para ministrar cursos de formação inicial e/ou continuada para a comunidade interna e/ou externa. No TelEduc há vários recursos disponíveis. No curso aqui focalizado, optou-se por utilizar os seguintes: estrutura do ambiente, dinâmica do curso, agenda, avaliações, atividades, material de apoio, leituras, mural, fóruns de discussão, correio, perfil, portfólio e acessos.

Na Figura 1, é possível visualizar a página do curso disponível aos cursistas, com a Agenda da Semana 4: 02/04 a 08/04. Para melhor organização, o curso foi distribuído em 10 semanas, sempre denominadas Semana 1, Semana 2 e assim por diante. Na Agenda, os alunos podiam ter acesso a todas as atividades daquele período, com informações sobre como navegar pelo ambiente.

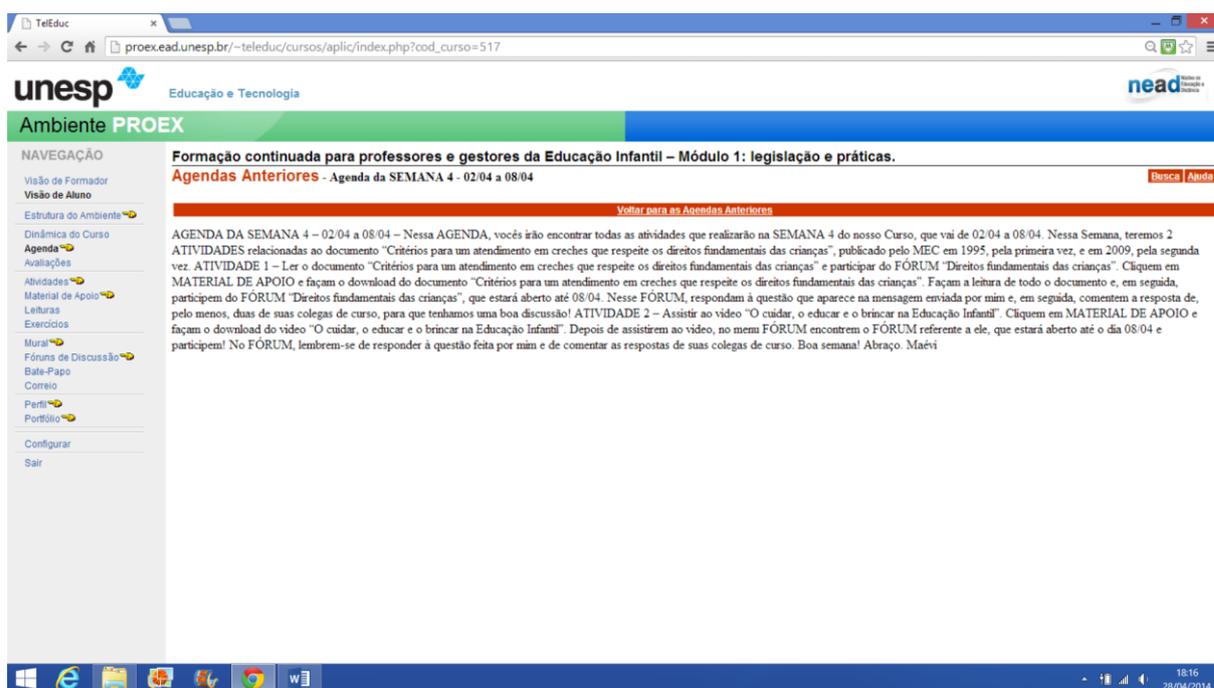
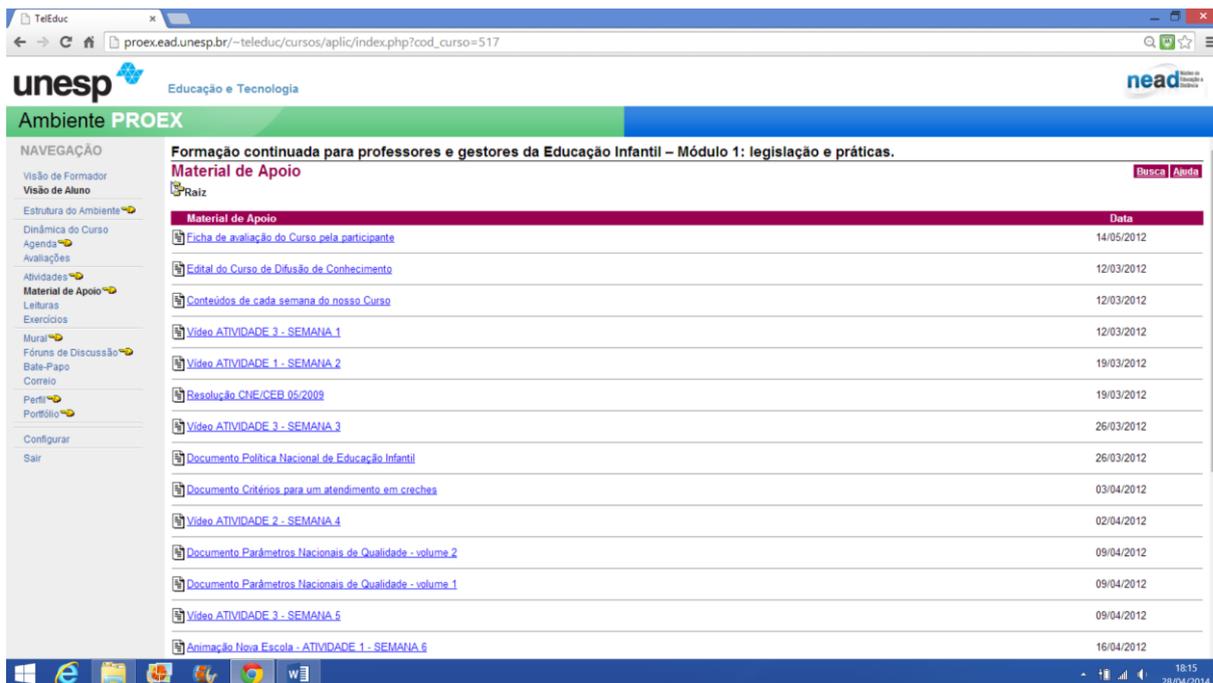


Figura 1. Página do curso com a Agenda da Semana 4.

Fonte: Página do curso ministrado no AVA TelEduc.

O recurso Material de Apoio, apresentado na Figura 2, foi utilizado para que os cursistas tivessem acesso a todo material relativo ao curso, organizado por semana, de modo a facilitar a visualização: links para programas produzidos e disponíveis no Acervo Digital da UNESP e na página da TV Escola do MEC, legislação e documentos do MEC para download, além do Edital e do cronograma do curso.



unesp Educação e Tecnologia

Ambiente PROEX

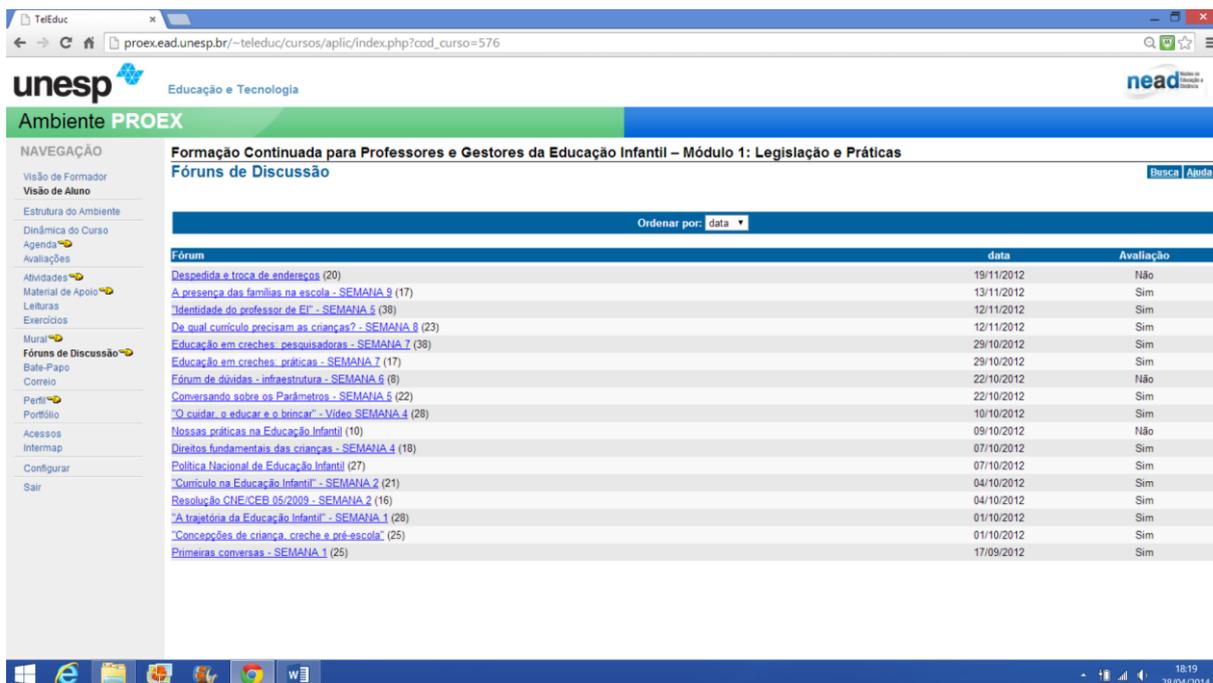
Formação continuada para professores e gestores da Educação Infantil – Módulo 1: legislação e práticas.

Material de Apoio

Material de Apoio	Data
Ficha de avaliação do Curso pela participante	14/05/2012
Edital do Curso de Difusão de Conhecimento	12/03/2012
Conteúdos de cada semana do nosso Curso	12/03/2012
Vídeo ATIVIDADE 3 - SEMANA 1	12/03/2012
Vídeo ATIVIDADE 1 - SEMANA 2	19/03/2012
Resolução CNE/CEB 05/2009	19/03/2012
Vídeo ATIVIDADE 3 - SEMANA 3	26/03/2012
Documento Política Nacional de Educação Infantil	26/03/2012
Documento Critérios para um atendimento em creches	03/04/2012
Vídeo ATIVIDADE 2 - SEMANA 4	02/04/2012
Documento Parâmetros Nacionais de Qualidade - volume 2	09/04/2012
Documento Parâmetros Nacionais de Qualidade - volume 1	09/04/2012
Vídeo ATIVIDADE 3 - SEMANA 5	09/04/2012
Animação Nova Escola - ATIVIDADE 1 - SEMANA 6	16/04/2012

Figura 2. Página do curso com o Material de Apoio.
Fonte: Página do curso ministrado no AVA TelEduc.

Nos Fóruns de Discussão foi oportunizado aos cursistas interagirem entre si e com as formadoras, discutindo os aspectos referentes à legislação e documentação sobre Educação Infantil, foco da formação. Na Figura 3, pode-se observar os diversos fóruns realizados na segunda edição do curso, com número de mensagens postadas.



unesp Educação e Tecnologia

Ambiente PROEX

Formação Continuada para Professores e Gestores da Educação Infantil – Módulo 1: Legislação e Práticas

Fóruns de Discussão

Ordenar por: data

Fórum	data	Avaliação
Despedida e troca de endereços (20)	19/11/2012	Não
A presença das famílias na escola - SEMANA 9 (17)	13/11/2012	Sim
Identidade do professor de EI - SEMANA 8 (38)	12/11/2012	Sim
De qual currículo precisamos as crianças? - SEMANA 8 (23)	12/11/2012	Sim
Educação em creches: pesquisadores - SEMANA 7 (38)	29/10/2012	Sim
Educação em creches: práticas - SEMANA 7 (17)	29/10/2012	Sim
Fórum de dúvidas - infraestrutura - SEMANA 6 (8)	22/10/2012	Não
Conversando sobre os Parâmetros - SEMANA 5 (22)	22/10/2012	Sim
"O cuidar, o educar e o brincar" - Vídeo SEMANA 4 (28)	10/10/2012	Sim
Nossas práticas na Educação Infantil (10)	09/10/2012	Não
Direitos fundamentais das crianças - SEMANA 4 (18)	07/10/2012	Sim
Política Nacional de Educação Infantil (27)	07/10/2012	Sim
"Currículo na Educação Infantil" - SEMANA 2 (21)	04/10/2012	Sim
Resolução CNE/CEB 05/2009 - SEMANA 2 (16)	04/10/2012	Sim
"A trajetória da Educação Infantil" - SEMANA 1 (28)	01/10/2012	Sim
"Concepções de criança, creche e pré-escola" - SEMANA 1 (25)	01/10/2012	Sim
Primeiras conversas - SEMANA 1 (25)	17/09/2012	Sim

Figura 3. Página do curso com Fórum de Discussão.
Fonte: Página do curso ministrado no AVA TelEduc.

Os dados foram coletados a partir das mensagens postadas nos fóruns de discussão do AVA e das fichas de avaliação do curso preenchidas pelos cursistas ao final dele. Após encerrados, os fóruns foram gravados em arquivo – recurso disponível no ambiente – e analisados focalizando-se as possibilidades formativas e investigativas do curso.

3. Resultados e discussão

No que se refere às possibilidades formativas e investigativas do curso de formação continuada ministrado no TelEduc, pode-se afirmar, por meio dos dados coletados, que o curso, a partir dos recursos do ambiente, proporcionou tanto a reflexão/construção de saberes relativos à legislação e documentação oficial recentes (pós-LDB 9.394/96) sobre a Educação Infantil, pelos cursistas, quanto o acesso aos saberes que orientam suas práticas, pelas pesquisadoras. A investigação foi pautada na noção de saberes sistematizada por Tardif (2002) que, num sentido amplo, “[...] engloba os conhecimentos, as competências, as habilidades (ou aptidões) e as atitudes, isto é, aquilo que muitas vezes foi chamado de saber, saber-fazer e saber-ser” (p. 255).

Os dados obtidos revelam que os sujeitos (aqui identificados como P de professor, C de coordenador e D de diretor) possuem saberes sobre leis e documentos relativos a Educação Infantil publicados pós-LDB nº 9.394/96, mas com algumas lacunas importantes em tais saberes, as quais podem interferir nas práticas que desenvolvem com as crianças pequenas e na construção de sua identidade como profissional desta etapa da Educação Básica.

Desta forma, no que se refere aos saberes que os sujeitos possuem sobre a legislação referente a Educação Infantil eles, em sua maioria, afirmam ter conhecimento da Resolução CNE/CEB nº 5/2009 que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEIs). Além disso, todos os sujeitos demonstram saber do caráter educacional das creches e pré-escolas, definido pela LDB nº 9.394/96, embora também se fundamentem no saber de que nem toda a sociedade esteja informada sobre as mudanças na Educação Infantil que assume, atualmente, a função de cuidar e educar as crianças pequenas, com creches e pré-escolas integradas aos sistemas de ensino.

Entre os saberes que os sujeitos possuem sobre a Resolução CNE/CEB nº 5/2009 evidenciados nos fóruns de discussão, vale destacar: a brincadeira deve ser um dos eixos norteadores das práticas pedagógicas realizadas nas creches e pré-escolas e “[...] a criança tem o direito à brincadeira” (C3), as rotinas devem ser definidas levando-se em conta o art. 9º da Resolução (P10), devem ser promovidas as interações entre crianças de diferentes idades (P7), a construção da autonomia das crianças deve ser incentivada (P7), o respeito às necessidades e especificidades das crianças é essencial (P8), a indissociabilidade do educar e cuidar deve ser presente nas creches e pré-escolas (P10, P7, D3).

Algumas das práticas descritas pelos sujeitos revelam saberes sobre as DCNEIs que parecem fundamentar sua atuação junto às crianças pequenas:

Exemplos de como na escola a criança é o centro do planejamento curricular posso exemplificar em relação ao projeto que realizamos no colégio onde um deles surge pelo interesse dos alunos por determinado assunto. Partindo do interesse eles vão fazendo novas descobertas que são mediadas pelo professor e podem tomar vários rumos. Os outros projetos estão pré-definidos porém os rumos que irão tomar irá depender do interesse da turma. Trabalhamos com as crianças questões de

solidariedade, respeito ao próximo e ao ambiente e partilha. As crianças confeccionam alguns brinquedos e livros que são doados a crianças de fora da escola com isso, podemos trabalhar o dar sem esperar nada em troca (P9).

Em relação aos saberes que os sujeitos explicitaram nos fóruns sobre os documentos referentes a esta etapa da Educação Básica publicados pelo MEC, nota-se que muitos não possuíam conhecimento sobre a existência deles ou sabiam que existiam, mas nunca tinham manuseado ou lido. P4/D2, por exemplo, afirma que “Gostei muito de conhecer os Parâmetros, pois tinha conhecimento que eles existiam, mas não os tinha manuseado, foi muito bom, é sempre bom estar por dentro das leis ainda mais eu como gestora”. P2 escreve: “Eu ainda não conhecia o documento Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil, estou tendo a oportunidade de lê-lo pela primeira vez aqui [no curso]”. Se levarmos em conta que os documentos publicados pelo MEC sintetizam o debate acumulado sobre a organização nos ambientes de aprendizagem e suas dimensões, bem como sobre a construção dos direitos da criança, sua família e seus educadores nas creches e pré-escolas (MELLO, 2010), seria essencial que os sujeitos possuíssem um conhecimento mais aprofundado deles.

Os depoimentos de P1 e P3 nos fóruns de discussão sugerem que, muitas vezes, os temas tratados nos documentos são discutidos pelos sujeitos, de modo que possuem saberes sobre eles, sem necessariamente saber que são abordados em documentos oficiais: “Não me lembro de ter acesso a este documento, geralmente fazemos discussões sobre o que podemos melhorar na escola mas sem nos orientarmos pelos documentos” (P1). P3 escreve que “Já tinha ouvido falar, mas nunca tinha tido a oportunidade de ler, depois de ter dado uma olhada e lido as páginas indicadas, observei que algumas coisas já havíamos discutido em HTPC, mas nunca a leitura completa”.

Sobre as fontes de aquisição dos saberes relativos a leis e documentos sobre Educação Infantil que possuem os profissionais de creches e pré-escolas sujeitos da pesquisa, são apontadas, nos fóruns, ações de formação continuada no próprio ambiente de trabalho, cursos de formação inicial (Pedagogia), cursos de Especialização e de preparação para concurso público, além de eventos sobre Educação Infantil. Sobre as ações no ambiente de trabalho, são indicadas reuniões e também orientações das Secretarias Municipais de Educação. Parece haver, por parte dos sujeitos, uma valorização dos momentos coletivos de formação continuada, pois nestes momentos é possível estudar os documentos e leis, além de discuti-los com base nas situações vivenciadas na própria creche ou pré-escola, como afirma P7:

[...] já conhecia as Diretrizes Curriculares para Educação Infantil, tive a oportunidade de estudá-las num curso de formação continuada de professores oferecido pela secretaria municipal de educação de [...]. Durante o curso fazíamos rodas de conversa onde trocávamos experiências que muito tinham a ver com o texto.

Entretanto, os sujeitos também apontam e refletem sobre o pouco tempo que possuem para tais discussões nas escolas:

[...] é uma pena que documentos como esses não são discutidos pelos profissionais da educação infantil. Não sei como podemos nos organizar para estudá-lo, na hora atividade do professor não dá tempo e a maioria dos professores trabalham o dia todo, não se dispondo a sessões de estudo a noite (D1).

Alguns dos sujeitos afirmaram que conheceram os documentos relativos à Educação Infantil no ambiente de trabalho, entretanto, destacam que não tiveram a oportunidade de estudá-los e discuti-los. Puderam apenas ter contato com o documento, normalmente enviado para a escola pelos órgãos governamentais. P5, por exemplo, afirma que “Já conhecia mas nunca li [o documento], estamos esperando a oportunidade para lermos em HTPC. Conhecia o documento, na minha escola possui os volumes 1 e 2”. P1 destaca: “Eu conheço o conteúdo dos parâmetros desde a época da graduação, [...]. Na escola onde trabalho os parâmetros ficam disponíveis para consulta e sempre que surgem dúvidas é a eles que recorro”. P6 também sugere que conheceu um dos documentos do MEC na escola: “Conheci o documento Parâmetros Nacionais de Qualidade para Educação Infantil na instituição em que trabalho”. C3 afirma que “Na nossa creche temos um quadro com esses direitos pregado na secretaria, pois não temos sala de professores devido à falta de salas vazias” e informa que “Eu já conhecia este documento [Política], porém vim a conhecê-lo faz 3 anos na creche em que trabalho mesmo, pois o governo mandou vários exemplares em forma de livrinhos. Porém não o discutimos”.

Vale ressaltar que muitos dos sujeitos destacam os grupos de estudo e cursos de preparação para concursos públicos como fonte de aquisição de saberes especialmente sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Nas mensagens a seguir, postadas nos fóruns, é possível notar este aspecto:

Sim, já a conhecia [Resolução CNE/CEB nº 5/2009]. A conheci na faculdade de Pedagogia. Porém foi no Curso Preparatório para o concurso de [nome do município] que estudei mais profundamente essa resolução e pude discuti-la com os demais colegas do curso (C3).

Conheci a Resolução quando estudei para o concurso de professor de creche. [...] Já discutimos ela também em HTPC e também pude ouvir sobre a Resolução no Fórum de Educação Infantil em [nome do município] (P10).

7

C2 questiona e reflete sobre a forma como é feita a divulgação dos documentos sobre Educação Infantil publicados pelo MEC para os profissionais desta etapa da Educação Básica:

Apesar do documento ter sido elaborado em 2006, no ano de 2010 recebemos a versão impressa no CMEI, no qual ainda era a diretora e tive a oportunidade de ler e discutir com as professoras os parâmetros apresentados. A dúvida que tenho é quanto a divulgação desse e outros documentos elaborados pelo MEC: se são parâmetros e portanto devem ser seguidos como regra e norma para a implantação e melhoria da qualidade da educação infantil, quais os mecanismos utilizados para que estes cheguem aos municípios e sejam implantados pelos órgãos competentes (Prefeituras e Secretarias de Educação)? É obvio que a implantação de tais parâmetros seria de grande valia para a melhoria da qualidade da educação infantil, especialmente no que se refere aos espaços físicos e a contratação de pessoas qualificadas para desenvolverem o trabalho nas instituições de Educação Infantil (C2).

No que se refere ao ponto de vista dos sujeitos da pesquisa sobre de quais formas tais saberes interferem na construção de suas identidades profissionais e de suas práticas de trabalho nas creches e pré-escolas, P10, por exemplo, afirma que: “Atuando na educação infantil tenho contato constantemente com a mesma [Resolução CNE/CEB nº 5/2009], pois

para elaborar a rotina de atividades para as crianças é preciso um embasamento nela, garantindo assim que os eixos e conteúdos de trabalho sejam desenvolvidos durante a semana”. De modo geral, os sujeitos afirmam a importância de que suas práticas sejam norteadas pelas leis e documentos relativos à Educação Infantil e, em diversos momentos, apresentam exemplos que sugerem que isso vem acontecendo, como vemos no trecho a seguir, ou que há uma tentativa de que isso aconteça, tentativa esta algumas vezes dificultada por situações diversas do cotidiano:

Na escola em trabalho procuramos atender todos os direitos da criança, que diga-se de passagem é o que deveria acontecer, pois todos esses direitos são favoráveis a construção do conhecimento de cada criança. Verifico que o grande problema da minha escola é a falta de materiais necessários para o desenvolvimento global do aluno, o espaço físico entre outras coisas. Procuramos proporcionar momentos de brincadeira bem como uma alimentação saudável. Não percebo nenhum direito que não seja atendido, mas verifico que não é da forma adequada, poderia ser bem melhor. Dentro do nosso contexto escolar procuramos sempre que possível, trazer palestras aos alunos sobre alimentação saudável e proporcionar momentos de atividades lúdicas, as quais o aluno possa ser ele mesmo, sem muitas regras ou determinações, que a criança viva a hora do seu faz de conta, fator esse que é de suma importância para o desenvolvimento global de nossos alunos (P4/D2).

Nota-se, na postagem anterior, a preocupação em atender aos direitos fundamentais das crianças definidos tanto nas DCNEIs quanto no documento Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças (CAMPOS; ROSEMBERG, 2009), apesar das limitações impostas pelo cotidiano. Essa preocupação sugere que os sujeitos se fundamentam em uma concepção de criança como sujeito de direitos (CRAIDY, 2001).

Os sujeitos também afirmam que “[...] se todos os parâmetros estabelecidos pelo MEC forem alcançados teremos sim uma Educação Infantil de qualidade em nosso país” (P6) e que a Resolução CNE/CEB nº 5/2009 representa uma valorização da Educação Infantil como etapa da Educação Básica (C3), mas apontam as dificuldades de atendimento às determinações legais e orientações oficiais:

Olá companheiras(o) de curso: não podemos deixar de dizer inicialmente que a Resolução CNE/CEB 05/2009 é um documento de extrema importância, pois ela é sem dúvidas um documento norteador, mas podemos evidenciar que ainda falta muito para chegarmos ao que determina a Resolução. Observamos que as creches e pré-escolas possuem, na visão dos pais e de certa parcela da população, um caráter assistencialista, ou seja, um local em que podem deixar seus “pupilos” enquanto trabalham. É preciso que essa visão distorcida dessas instituições de ensino sejam modificadas, por meio de esclarecimentos realizados às famílias e toda a sociedade. É triste termos que conviver com a ideia de que o “nosso trabalho” é algo sem importância. A sociedade e os familiares precisam ver as Creches e pré-escolas como espaço de desenvolvimento de crianças. Abraços! (P8).

Ao ler o documento percebi que já estamos dando um grande passo em relação à garantia de qualidade na educação infantil, ou seja, a educação infantil do município onde resido, é vista com olhar diferenciado, temos nas creches em todas, professor de creche, currículo, Projeto Político Pedagógico, nós professores temos que elaborar o plano de ensino anual de trabalho, realizamos capacitações, para atender às necessidades das crianças. O poder público busca sempre atender as necessidades educacionais. Em relação a estrutura dos prédios, muitos são antigos, então as dificuldades aumentam, muitas vezes faltam alguns recursos

pedagógicos de trabalho que dificultam o trabalho com as crianças, eu no caso, apelo para os reciclados rsrs, mas vejo que o caminho está seguindo para o trabalho de sucesso com as crianças (P10).

Nos trechos anteriores, de mensagens postadas nos fóruns, é possível notar que os sujeitos visualizam um processo de transição na construção de identidade dos profissionais de Educação Infantil. Os documentos e leis parecem conduzi-los para um entendimento de sua profissão como essencial para o desenvolvimento das crianças – embora Micarello (2006) observe que até mesmo no documentos oficiais existe pouca clareza com relação ao perfil profissional dos professores de Educação Infantil – mas os pais e “certa parcela da população” (P8), e também alguns dos professores de Educação Infantil, ainda possuem, em sua opinião, uma visão assistencialista da Educação Infantil. C3 destaca, na postagem a seguir, assim como o fazem Campos e Cruz (2006), a indefinição quanto ao papel do profissional de Educação Infantil, especialmente da creche:

Em várias reuniões eu a Diretora da nossa creche tentamos tirar das professoras o preconceito que elas mesmas têm quanto a trabalhar em creche. A creche por apresentar anos antes essa função assistencialista apenas visando somente o cuidar faz com que as pessoas ainda sustentem uma visão errada da creche neste sentido. Hoje a educação infantil tem indissociáveis o cuidar e o educar, e isso é como já disse um ganho, esse reconhecimento é um ganho. O profissional da creche deixa de ser apenas a tia da creche para ser considerada a professora da creche (C3).

Os cursistas, nas fichas de avaliação, avaliaram positivamente o curso, como revelam os dados a seguir:

Sugiro que sejam oferecidos mais cursos de formação continuada como esse, que nos ajudam a ampliar nossos conhecimentos sobre a legislação da Educação Infantil e que nos fazem refletir sobre a nossa prática na educação. Os vídeos com demonstração de práticas de outras creches foram muito importantes para essa reflexão (D1). O curso foi ótimo, se faz necessário frisar que é preciso levar cursos como este a todas as professoras envolvidas com crianças, sendo este ensinamento compartilhado no serviço (C1). Adorei o curso, foi de grande importância para minha prática diária (P4/D2). Se em um curso de 30 horas aprendemos tanto, sugiro um com o tempo de duração e carga horária maior (P5).

Tomei conhecimento de grande parte dos documentos direcionados para a educação infantil aqui no curso. A minha sugestão é que no próximo módulo fossem colocadas entrevistas com educadores que lidam com a realidade dos CEMEIS e a partir daí fossem propostos debates com as pesquisadoras para o enfrentamento dessas dificuldades (P7). Quando é o próximo curso? Gostei muito dos assuntos abordados. Devido os assuntos serem tão polêmicos achei que poderíamos ter discutido um pouco mais, mas entendo que o tempo foi curto. Adorei ter conhecido outros com os mesmos problemas e saber que não estamos sozinhos (D3). Poderia ser um curso de aperfeiçoamento com uma duração de 6 meses. Pois é um assunto de suma importância com muitos pontos que podem ser discutidos a longo prazo (P10).

Nota-se que os sujeitos apontam a importância do curso para a aprendizagem de novos conhecimentos e para a troca de experiências com outros colegas de profissão. Sugeriram outros cursos com o mesmo formato, com carga horária maior, possibilitando mais discussões sobre as temáticas abordadas. Revelaram a necessidade de poder

compartilhar problemas vividos em suas escolas e práticas diárias com outros profissionais de Educação Infantil.

4. Considerações finais

Os dados evidenciam o potencial formativo e investigativo do curso de formação continuada a distância, online, oferecido no AVA TelEduc, que se mostrou de fácil utilização para os cursistas, que não relataram nenhum tipo de dificuldade de navegação pelo ambiente, e que atendeu às necessidades das coordenadoras/pesquisadoras, com recursos suficientes para a organização das atividades de modo objetivo e bem estruturado tanto para a formação dos participantes, quanto para a coleta dos dados.

Lacunas evidenciadas nos saberes dos profissionais de Educação Infantil a partir dos dados coletados sugerem a necessidade da definição de políticas de formação continuada destes profissionais que possam garantir a eles condições para estudos e reflexões sobre a legislação e os documentos oficiais existentes para nortear suas práticas. Cursos como o focalizado nesse estudo podem favorecer o acesso à formação continuada a profissionais de diferentes localidades do país, os quais poderão compartilhar experiências vividas em creches e pré-escolas vinculadas a diversos sistemas municipais, além de ter acesso ao conhecimento produzido nas universidades, as quais têm como objetivo compartilhá-lo com a sociedade.

Os formadores das universidades, por outro lado, ao oferecer cursos a distância para profissionais de Educação Infantil que estejam atuando em diferentes contextos, podem refletir sobre os saberes produzidos por eles no dia a dia das creches e pré-escolas, aproximando-se de professores e gestores que atuam em ambientes diversificados, discutindo com eles suas necessidades formativas e revendo, portanto, sua atuação também nos cursos de formação inicial para a docência e a gestão na primeira etapa da Educação Básica.

Dessa forma, tanto profissionais de Educação Infantil quanto formadores da Educação Superior podem (re)construir conhecimentos e práticas ao se encontrarem em cursos a distância, realizados via internet, oferecidos em AVAs, capazes de promover aprendizagens da docência e desenvolvimento profissional, além de servirem como importantes espaços de coleta de dados para pesquisas sobre formação de professores e demais profissionais da Educação.

5. Bibliografia

AMBROSETTI, N. B.; ALMEIDA, P. C. A. A constituição da profissionalidade docente: tornar-se professora de educação infantil. REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (ANPEd), n. 30, Caxambu, 2008. Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT08-3027--Int.pdf>

AZEVEDO, H. H.; SCHNETZLER, R. P. Necessidades formativas de profissionais de Educação Infantil. REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (ANPEd), n. 24, Caxambu, 2001. Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/24/tp.htm#gt7> Acesso em 20 dez. 2009.

_____. O binômio cuidar-educar na Educação Infantil e a formação inicial de seus profissionais. REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (ANPEd), n. 28, Caxambu, 2005. Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/28/gt07.htm> Acesso em 20 jul. 2006.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988.

_____. Lei n. 9.394, de 20/12/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Brasília: Diário Oficial da União, de 23 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial curricular nacional para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CEB n. 01, de 13 de abril de 1999. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 13 abr. 1999. Seção 1, p. 18.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CEB n. 05, de 17 de dezembro de 2009. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 dez. 2009. Seção 1, p. 18.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. *Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEB, 2006a.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. *Parâmetros Básicos de Infra-estrutura para Instituições de Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEB, 2006b.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEB, 2009.

CAMPOS, M. M.; CRUZ, S. H. V. *Consulta sobre Qualidade na Educação Infantil: o que pensam e querem os sujeitos deste direito*. São Paulo: Cortez, 2006.

CAMPOS, M. M.; ROSEMBERG, F. *Crêcheros para um atendimento em creche que respeite os direitos fundamentais das crianças*. 6 ed. Brasília: MEC/SEB, 2009.

CRAIDY, C. M. Educação Infantil e as novas definições da legislação. In: CRAIDY, C. M.; KAERCHER, G. E. (Org.). *Educação Infantil. Pra que te quero?* Porto Alegre: Artmed, 2001, p. 23-26.

CÔCO, V. Professores na Educação Infantil: inserção na carreira, espaço de atuação e formação. REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (ANPEd), n. 32, Caxambu, 2009. Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/32ra/arquivos/trabalhos/GT08-5363--Int.pdf>

_____. Formação continuada na educação infantil. REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPEd), n. 33, Caxambu, 2010. Disponível em:

<<http://www.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT07-6078--Int.docx.pdf>>. Acesso em set. 2012.

DIEB, M. O professor de Educação Infantil e as novas TICs: relações identitárias e letramentos. Anais do III Encontro Nacional de Hipertexto, Belo Horizonte, 2009. Disponível em <http://www.ufpe.br/nehite/hipertexto2009/anais/m-o-o-professor-de-educacao-infantil.pdf> Acesso em mar. 2013.

KRAMER, S. (Org.). *Profissionais de Educação Infantil: gestão e formação*. São Paulo: Ática, 2005.

MELLO, A. M. Apresentação. In: MELLO, A. M. e cols. *O dia a dia das creches e pré-escolas*. Crônicas brasileiras. Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 25-30.

MICARELLO, H. A. L. S. *Professores da pré-escola: trabalho, saberes e processos de construção*. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2006.

PEREIRA, M. N. C. Criança, infância e política na compreensão dos profissionais que atuam na educação infantil em Curitiba. REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (ANPEd), n. 31, Caxambu, 2009. Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/trabalho07.htm>

SCHNEIDER, D. Planeta ROODA: desenvolvendo arquiteturas pedagógicas para Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, RS, 2007.

SILVA, I. O. Trabalho docente na educação infantil: dilemas e tensões. REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (ANPEd), n. 30, Caxambu, 2008. Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT08-3509--Int.pdf>

TAGLIEBER, J. E.; GUERRA, A. F. S. A Educação Ambiental na Educação Infantil e nas séries iniciais: ações e desafios na formação continuada. Anais da VI ANPEd Sul, Santa Maria, 2006. Disponível em http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2006/Curriculo_e_Saberes_Painel_07_41_51_PA399.pdf Acesso em out. 2013.

TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2002.

Apoio PIBIC/Reitoria/UNESP.